

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR**

REQUERIMENTO N.º , 2008

(Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a realização de Seminário com participação das autoridades que nomeia, para debater e avaliar o posicionamento oficial brasileiro diante das recriminações feitas em foros internacionais aos biocombustíveis brasileiros (etanol e biodiesel).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com as seguintes autoridades, para perquirir, avaliar e debater as repercussões internacionais e o posicionamento oficial do governo brasileiro diante de autoridades governamentais de países europeus que, recentemente, fizeram recriminações aos biocombustíveis produzidos pelo Brasil, em particular o etanol, e para contribuir na formulação de estratégias de enfrentamento dessas críticas, tanto no âmbito doméstico quanto internacionalmente.

Participantes:

- 1) Sr. **Embaixador Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores;
- 2) Sr. **Alessandro Teixeira**, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos;

- 3) Sr. **José Sérgio Gabrielli**, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS.

JUSTIFICATIVA

A produção de etanol para fins combustíveis no Brasil representa uma das mais bem sucedidas empreitadas empresariais do último século e projeta ser oportunidade de desenvolvimento integrado e sustentável para o nosso país nesta primeira década do século XXI.

Há um conflito, antes latente, agora aberto, entre o potencial político e econômico que tal matéria-prima energética possui para o Brasil, principal fonte produtora no mundo, e países industrializados que, aparentemente, elegeram-na como foco de ataques, o que pode representar prejuízo para uma estratégia global de uso de recursos naturais abundantes para diversificar fontes energética, distribuir riquezas e para resgatar países empobrecidos. A disseminação da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar pode representar um novo alento para os países produtores dessa matéria-prima vegetal e a recuperação de suas economias, além de poder induzir o estabelecimento de novos empreendimentos em países tropicais de tradição agrícola.

Enquanto isso assistimos a ataques ao etanol brasileiro – como o fez recentemente o Sr. Jean Ziegler, da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação – noticiado pelo jornal diário Estado de S. Paulo, na edição de 15 de abril de 2008, pg. B-10, sob o título: “*Etanol: crime contra a humanidade*” – e o que parece ter sido o resultado da conferência bienal regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, onde representantes de diversos países da América Latina e Caribe discordaram da posição brasileira de defesa dos biocombustíveis, enquanto produto capaz de gerar riqueza com sustentabilidade ambiental e contribuir para o balanço das emissões de gases de efeito estufa (v.g. Valor Econômico, edição de 15 de abril de 2008, pg. B14, “*América Latina teme biocombustíveis*”).

A proposição que estamos trazendo é para ouvirmos os principais artífices, no atual governo, da estratégia internacional de difusão dos biocombustíveis e debater com eles a estratégia de enfrentamento desses ataques e resistência à proposta brasileira de disseminar o uso do etanol combustível, particularmente, enquanto bem ambiental valioso pela sua contribuição efetiva ao combate do aquecimento global e o seu potencial para equilibrar o balanço econômico-político mundial na distribuição de oportunidades de mercado para países de base agrícola abaixo da linha do Equador.

Contamos com o inestimável apoio dos integrantes desta Comissão Permanente, para viabilizar a proposição aqui apresentada.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 2008.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal
(PSDB-SP)